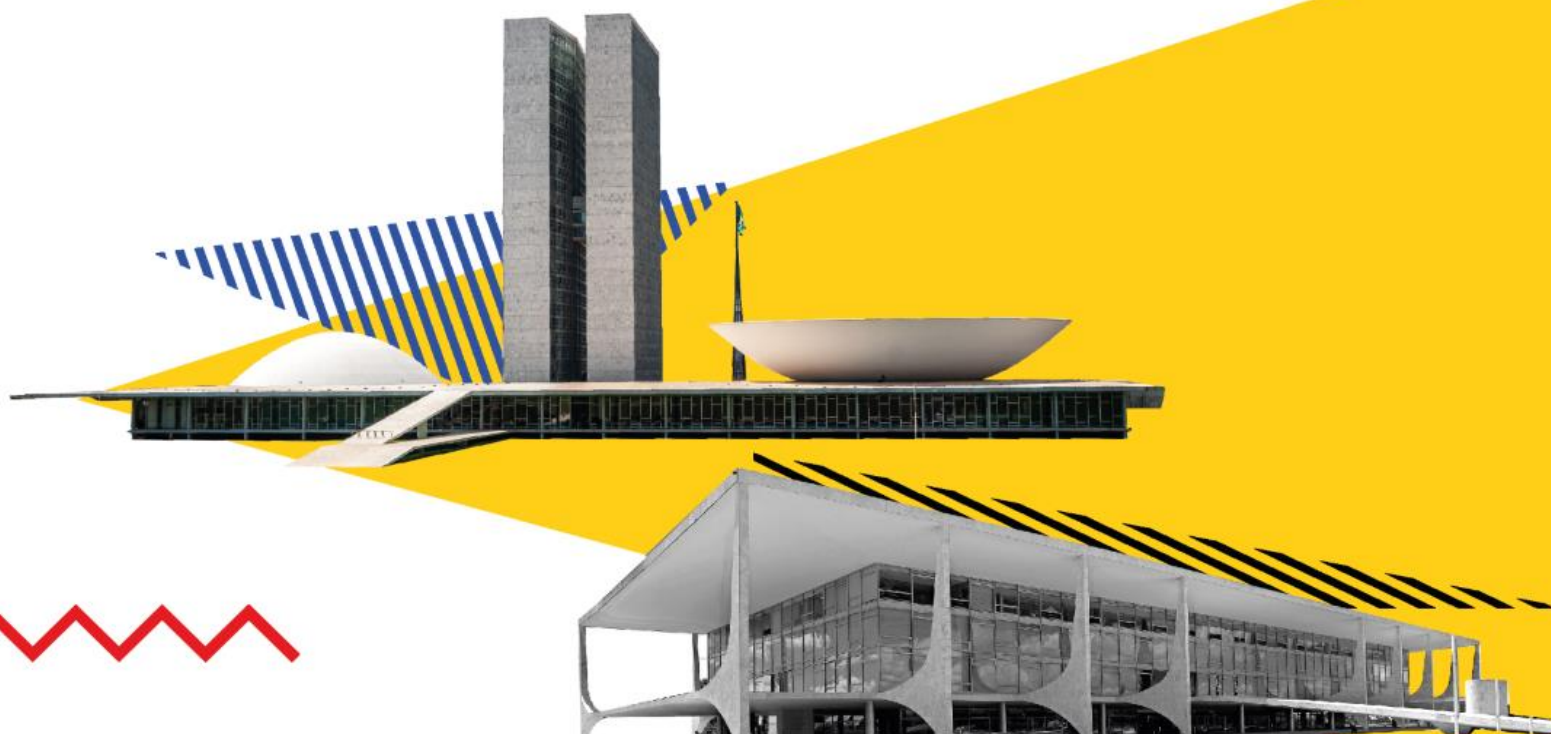




Agenda União e Reconstrução

13/06/2025



A Agenda União e Reconstrução 2025 é fruto de diálogos com os ministérios do Governo Federal e com as lideranças partidárias que indicaram projetos legislativos fundamentais para a continuidade do desenvolvimento econômico, o estímulo ao investimento e a efetividade das políticas sociais.

Em 2024, a parceria entre Executivo e Legislativo resultou em número recorde de aprovação de importantes projetos para a sociedade brasileira, dentre os quais podem-se destacar a regulamentação da Reforma Tributária, propostas que consolidam a transição energética, tais como o mercado de carbono, o combustível do futuro e o hidrogênio verde, que reforçaram o compromisso dos Poderes com o desenvolvimento econômico e social sustentável.

Ao longo dos últimos 24 meses foram aprovados 51 projetos essenciais para o país, que compõe a agenda estratégica de governo – são quase dois por mês, tendo sido 17 aprovações em 2023 e 34 em 2024. Aliado a isso, obteve-se 93% na taxa de conversão em lei de Medidas Provisórias editadas pelo Presidente da República, desde o início de seu mandato. Observou-se, nesses dois anos, a maior taxa de aprovação de Projetos de Lei (PLs) e de Projetos de Lei Complementar (PLPs) de iniciativa do Executivo (37%).

A Agenda União e Reconstrução 2025 foi organizada em torno de 5 eixos estratégicos:

- Eixo 1: Agenda econômica para um Brasil mais justo
- Eixo 2: Estímulo ao empreendedorismo e ao investimento
- Eixo 3: Desenvolvimento Sustentável e Educação
- Eixo 4: Proteção às famílias e aos negócios no ambiente digital
- Eixo 5: Justiça social

Para além de listar medidas já consubstanciadas em proposições legislativas em tramitação nas Casas do Congresso Nacional, este documento sistematiza uma proposta de agenda que permanecerá em constante atualização ao passo que novos projetos, de iniciativa do Executivo ou do Legislativo, se somem aos esforços de União e Reconstrução, tais como a PEC da Segurança Pública, o crédito consignado privado e a reforma da renda, com a isenção do Imposto de Renda para a faixa de ganhos de até R\$ 5 mil mensais.

Em 2025, o Governo Federal também envidará esforços para aprovação de importantes Medidas Provisórias: a MPV 1280, que prorroga o prazo do Recine; a MPV 1276, que trata da prevenção aos incêndios florestais; e a MPV 1276, que trata dos recursos do FNMA para entes subnacionais no combate aos incêndios.

Sumário

1.1. (CD) PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF E PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR – PL 4384/2023	5
1.2. (CD) POLÍTICA DE ESTOQUES PÚBLICOS – PL 1384/2011	5
1.3. (CD) REFORMA DA RENDA – ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA ATÉ 5 MIL REAIS – PL 1087/2025...	6
1.4. (SF) COMITÊ GESTOR DO IBS – PLP 108/2024	7
1.5. (CD) IDADE MÍNIMA DE TRANSFERÊNCIA DOS MILITARES À RESERVA REMUNERADA – PL 4920/2024	8
1.6. (CD) REABERTURA DO PRAZO DE PARCELAMENTO DE DÍVIDAS PREVIDENCIÁRIAS DOS MUNICÍPIOS – PEC 66/2023	8
1.7. (CD) GARANTIA DE SIGILO E NÃO INCIDÊNCIA DE PREÇO SUPERIOR, VALOR OU ENCARGO ADICIONAL SOBRE O PIX – PL 365/2025	9
1.8. (CD) TRANSPARÊNCIA ARBITRAGEM E SISTEMA TUTELA PRIVADA – PL 2925/2023	10
1.9. (CN) REFORMA DO SETOR ELÉTRICO – MP 1300/2025	10
2.1. (CN) MP DO CRÉDITO CONSIGNADO – MP 1292/2025	11
2.2. (CD) POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA (PNDEC) – PL 2732/2022	11
2.3. (SF) ACREDITA EXPORTAÇÃO – PLP 167/2024	12
(CD) ACREDITA EXPORTAÇÃO – PL 4043/2024 – PODER EXECUTIVO	12
2.4. (CD) LEI DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – PL 7063/2017	13
2.5. (CD) CONSTITUIÇÃO DE SUBSIDIÁRIAS PELO BNDES - EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS – PL 5719/2023	13
2.6. (CD) POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA CIRCULAR (PNEC) – PL 1874/2022	14
2.7. (CD) ESTRATÉGIA NACIONAL DE SAÚDE – PL 2583/2020	14
(SF) INDÚSTRIA DE INSUMOS DE SAÚDE – PL 1505/2022	15
2.8. (SF) DEVEDOR CONTUMAZ – PLP 125/2022	15
(CD) NORMAS GERAIS DE PREVENÇÃO DE LÍTIPIO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA - PLP 124/2022	16
(CD) DEVEDOR CONTUMAZ – PL 15/2024	17
2.9. (SF) INSTITUIÇÕES SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO – PL 2926/2023	17
2.10. (CD) REGIME DE RESOLUÇÃO BANCÁRIA – PLP 281/2019	18
2.11. (SF) DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL – PL 6204/2019	18

3.1. (CD) PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2024-2034 – PL 2614/2024	19
3.2. (CD) SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PLP 235/2019	19
3.3. (CD) SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE – PL 3339/2024	20
(CD) SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE – PL 4000/2024	21
3.4. (CD) LEI DO PANTANAL – PL 2334/2024	21
3.5. (SF) MAIOR EFETIVIDADE PARA O PLANO DE CONTINGÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – PL 636/2023	22
3.6. (CD) DIRETRIZES DE FOMENTO À CONSTRUÇÃO DE CIDADES RESILIENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS – PL 380/2023	22
3.7. (SF) POLÍTICA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA BIODIVERSIDADE (PNDEB) – PL 1855/2022	23
3.8. (CD) ACORDO DE ESCAZÚ – MSC 209/2023	23
3.9. (CD) FUNDO DE REQUALIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS AFETADAS POR EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS – PL 367/2025	24
4.1. (CD) PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM AMBIENTES DIGITAIS – PL 2628/2022	25
4.2. (CD) DIREITO E A GARANTIA FUNDAMENTAL À LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO NA INTERNET – PL 4691/2024	25
4.3. (SF) MARCO LEGAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – PL 2338/2023	26
5.1. (CD) PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA – PEC 18/2025	28
5.2. (SF) PROTEÇÃO E ACOLHIMENTO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES RESGATADOS DE CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO – PL 5760/2023	28
(CD) TRABALHADORAS DOMÉSTICAS RESGATADAS EM SITUAÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO E DE TRÁFICO DE PESSOAS – PL 3351/2024	29
5.3. (SF) ATENDIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS – PL 4381/2023	29
5.4. (SF) RESERVA MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO – PL 1246/2021	30
5.5. (CD) CADEIA DO OURO: PARÂMETROS SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DO OURO – PL 836/2021 ...	31
5.6. (CN) MP DO FUNDO SOCIAL PARA ENFRENTAR DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS – MP 1291/2025	32
5.7. (CN) PROGRAMA AGORA TEM ESPECIALISTAS – MP 1301/2025	32

Eixo 1: Agenda econômica para um Brasil mais justo

1.1. (CD) PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF E PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR – PL 4384/2023

<p>Apresentação: 11/09/2023 (SF)</p> <p>Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)</p> <p>Relatoria/CAE/SF: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) (2023-2024)</p> <p>Relatoria/CRA/SF: Senador Jaime Bagattoli (PI/RO) (2024)</p> <p>Relatoria/CAPADAR/CD: Deputada Ana Paula Leão (PP/MG) (2025-)</p> <p>Relatoria CCJC/CD:</p> <p>Relatoria/Plenário/CD:</p>	<p>Ementa: Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Plano Safra da agricultura familiar, e dá outras providências.</p> <p>Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)</p> <ul style="list-style-type: none">• 27/11/2024: Apreciada em decisão terminativa pelas comissões.• 27/02/2024: Aprovado na CAE/SF.• 27/11/2024: Aprovado na CRA/SF.• 09/12/2024: Aprovado no SF.• 10/12/2024: Recebido pela CD.• 24/02/2025: Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).• 15/04/2025: Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 04/04/2025 a 15/04/2025). Não foram apresentadas emendas. CAPADR/CD.
--	--

1.2. (CD) POLÍTICA DE ESTOQUES PÚBLICOS – PL 1384/2011

<p>Apresentação: 18/05/2011 (CD)</p> <p>Autoria: Ex-deputado Beto Faro (PT/PA)</p>	<p>Ementa: Dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos e dá outras providências.</p>
--	--

<p>Relatoria/CAPADR/CD: Ex-deputado Abelardo Lupion (DEM/PR) (2011)</p> <p>Relatoria/CFT/CD: Ex-deputado Assis Carvalho (PT/PI) (2011-2019)</p> <p>Relatoria/CFT/CD: Deputado Zé Neto (PT/BA) (2025-)</p> <p>Relatoria CCJ/CD:</p>	<p>Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).</p> <ul style="list-style-type: none"> • 14/12/2011: Aprovado pela CAPADR/CD. • 15/12/2011: Recebido pela CFT/CD. • 23/04/2019: Desarquivado nos termos Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-1235/2019. • 15/04/2025: Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 07/04/2025 a 15/04/2025). Não foram apresentadas emendas. CFT/CD.
--	---

1.3. **(CD) REFORMA DA RENDA – ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA ATÉ 5 MIL REAIS – PL 1087/2025**

<p>Apresentação: 18/03/2025</p> <p>Autoria: Poder Executivo</p> <p>Relatoria/CT/CD:</p> <p>Relatoria/CASP/CD:</p> <p>Relatoria/CDE/CD:</p> <p>Relatoria/CFT/CD:</p> <p>Relatoria/CCJ/CD:</p> <p>Relatoria/PL10875/CD: Deputado Arthur Lira (PP/AL) (2025-)</p>	<p>Ementa: Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.</p> <p>Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão Especial.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 20/03/2025: CFT – Apresentação do REQ n. 2/2025 (Requerimento de Audiência Pública), pelo Deputado Pedro Paulo (PSD/RJ). • 21/03/2025: Apresentação do REQ n. 943/2025 (Requerimento de Apensação), pelo Deputado Mendonça Filho (UNIÃO/PE), ao PL 729/2025. • 25/03/2025: Apresentação do REQ n. 1087/2025 (Requerimento), pelo Deputado Diego Garcia (REPUBLIC/PR), ao PL 153/2021. • 26/03/2025: Aprovado o requerimento nº 2/2025 do Sr. Pedro Paulo que requer a realização de audiência pública com o Ministro da Fazenda e a Ministra-Chefe da SRI. • 03/04/2025: Apresentação do REQ n. 1285/2025 (Requerimento de Apensação), pelo Deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES), que "Requer o apensamento do
--	---

	<p>Projeto de Lei nº 1196/2025 ao Projeto de Lei nº 1087/2025".</p> <ul style="list-style-type: none"> • 08/04/2025: Apresentação do REQ n. 1332/2025 (Requerimento de Apensação), pelo Deputado Sóstenes Cavalcante (PL/RJ), que "Requer a apensação do PL 400 de 2025 ao PL 1.087 de 2025". • 29/04/2024: Constituição de Comissão Especial. Vide titulares. • 05/05/2025: Passa a tramitar em regime de prioridade. Cancelamento da urgência. • 07/05 a 10/06/2025: Apresentação e aprovação de Requerimentos de Audiência Pública. • 20/05/2025: Aprovação do REQ n. 10/2025, pelo Deputado Claudio Cajado (PP/BA), que "Requer informações à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento sobre as atividades de avaliação e monitoramento realizadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo".
--	---

1.4. (SF) COMITÊ GESTOR DO IBS – PLP 108/2024

<p>Apresentação: 05/06/2024 (CD)</p> <p>Autoria: Poder Executivo</p> <p>Relatoria/PLEN/CD: Deputado Mauro Benevides Filho (PDT/CE) (2024)</p> <p>Relatoria/CCJ/SF: Senador Eduardo Braga (MDB/AM) (2025-)</p>	<p>Ementa: Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.</p> <p>Situação: Audiência pública realizada.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 12/08/2024: Urgência regimental. • 30/10/2024: Aprovado na CD. • 12/11/2024: Recebido pelo SF. • 25 e 26/03/2025: Recebidas as Emendas nº 13 a 22, de autoria dos Senadores Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) e Weverton (PDT/MA). • 02/04/2025: Na 5ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Presidência inclui o Plano de Trabalho apresentado pelo Relator, Senador Eduardo Braga, como item Extrapauta nº 5. CCJ/CD.
---	---

- 23/04/2024: Aprovação do Plano de Trabalho de autoria do Senador Eduardo Braga. CCJ/CD.
- 20/05/2025: Primeira audiência pública realizada na 13ª Reunião Extraordinária.
- 27/05/2025: Segunda audiência pública realizada na 15ª Reunião Extraordinária.
- 29/05/2025: Terceira audiência pública realizada na 17ª Reunião Extraordinária.
- 10/06/2025: Quarta audiência pública realizada na 17ª Reunião Extraordinária.

1.5. (CD) IDADE MÍNIMA DE TRANSFERÊNCIA DOS MILITARES À RESERVA REMUNERADA – PL 4920/2024

Apresentação:
17/12/2024 (CD)

Autoria: Poder Executivo

Relatoria:

Ementa: Altera a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, e estabelece idade mínima de transferência dos militares à reserva remunerada, a pedido.

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

- 17/12/2024: Apresentação do PL n. 4920/2024 (Projeto de Lei), pelo Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, e estabelece idade mínima de transferência dos militares à reserva remunerada, a pedido".

1.6. (CD) REABERTURA DO PRAZO DE PARCELAMENTO DE DÍVIDAS PREVIDENCIÁRIAS DOS MUNICÍPIOS – PEC 66/2023

Apresentação:
28/11/2023 (SF)

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA) e outros

Ementa: Abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos municípios com seus Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos e com o Regime Geral de Previdência Social.

Situação: Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa; Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão Especial.

Relatoria/CCJ/SF: Senador Carlos Portinho (PL/RJ) (2023-2024)

Relatoria/PLEN/SF: Senador Carlos Portinho (PL/RJ) (2024)

Relatoria/CCJC/CD: Deputado Darci de Matos (PSD/SC) (2024-)

Relatoria/PEC06623/CD: Deputado Baleia Rossi (MDB/SP)

- **14/08/2024: Aprovado no SF.**
- 29/10/2024: Aprovado na CCJC/CD.
- 13/02/2025: Apresentação do REQ n. 459/2025 (Requerimento de Inclusão de Matéria na Ordem do Dia), pelo Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL/SP), que "Requer a inclusão na Pauta da Proposta de Emenda Constitucional nº 66, de 2023, do Senado Federal, que abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos municípios com seus Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos e com o Regime Geral de Previdência Social".
- 02/04/2025: Apresentação do REQ n. 1266/2025 (Requerimento de Inclusão de Matéria na Ordem do Dia), pelo Deputado Diego Coronel (PSD/BA).
- 29/04/2025: Constituição de Comissão Especial. Vide [titulares](#).
- 06/05 a 10/06/2025: Apresentação e aprovação de requerimentos de audiência pública.
- 19 e 20/05/2025: Apresentação de requerimentos para realização de seminários.

1.7. (CD) GARANTIA DE SIGILO E NÃO INCIDÊNCIA DE PREÇO SUPERIOR, VALOR OU ENCARGO ADICIONAL SOBRE O PIX – PL 365/2025

Apresentação: 11/02/2025 (CD)

Autoria: Deputado José Guimarães (PT/CE)

Relatoria/CDC/CD: Deputado Paulão (PT/AL)

Relatoria/CFT/CD:

Relatoria/CCJC/CD:

O PL abrange o conteúdo da MP 1288/2025.

Ementa: Dispõe sobre medidas para ampliar e garantir a efetividade do sigilo e a não incidência de preço superior, valor ou encargo adicional sobre os pagamentos realizados por meio de arranjo de Pagamentos Instantâneos – Pix, instituído pelo Banco Central do Brasil.

Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

- 27/02/2025: Às Comissões de Defesa do Consumidor; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II - Regime de Tramitação: Ordinário (Art. 151, III, RICD)
- 11/03/2025: Recebido pela CDC/CD.

- 28/03/2025: Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 31/03/2025).
- 09/04/2025: Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto. CDC.

1.8. **(CD) TRANSPARÊNCIA ARBITRAGEM E SISTEMA TUTELA PRIVADA – PL 2925/2023**

Apresentação: 02/06/2023 (CD)	Ementa: Altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para dispor sobre a transparência em processos arbitrais e o sistema de tutela privada de direitos de investidores do mercado de valores mobiliários.
Autoria: Poder Executivo	
Relatoria:	<p>Situação: Apensado ao PL 1817/2022 (que por sua vez está apensado ao <u>PL 3899/2012</u>) - Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA; aguardando Deliberação no Plenário (PLEN).</p> <ul style="list-style-type: none"> • 21/03/2025: Deferido o Req 924/2025. Apense-se o PL n. 2925/2023 ao PL n. 1817/2022. • 24/03/2025: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/03/2025.

1.9. **(CN) REFORMA DO SETOR ELÉTRICO – MP 1300/2025**

Apresentação: 21/05/2023 (CMCN)	Ementa: Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, e a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022.
Autoria: Poder Executivo	
Relatoria:	<p>Situação: Aguardando instalação da comissão.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 28/05/2025: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 600 emendas à Medida Provisória

Eixo 2: Estímulo ao empreendedorismo e ao investimento

2.1. (CN) MP DO CRÉDITO CONSIGNADO – MP 1292/2025

Apresentação: 12/03/2025	Ementa: Possibilita utilizar o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para facilitar o acesso de trabalhadores do setor privado ao crédito consignado
Autoria: Poder Executivo	Situação: Audiência pública realizada (28/05/2025).
Relatoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	07/05/2025: Comissão Especial instalada.
Revisão: Deputado Federal Giacombo (PL/PR)	

2.2. (CD) POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA (PNDEC) – PL 2732/2022

Apresentação: 07/11/2021 (CD)	Ementa: Institui Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Criativa (PNDEC).
Autoria: Deputados Lídice da Mata (PSB/BA), Marcelo Calero (PSD/RJ)	Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Comunicação (CCOM).
Relatoria/CCTCI/CD: Deputado Paulo Foletto (PSB/ES) (2022-2023)	<ul style="list-style-type: none">11/12/2024: Aprovado pela CCTI/CD.20/12/2024: Recebido pela CCOM/CD.01/04/2025: Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 23/12/2024 a 01/04/2025). Não foram apresentadas emendas. CCOM/CD.
Relatoria/CCTCI/CD: Deputado Lucas Ramos (PSB/PE) (2023-2024)	
Relatoria/CCOM/CD: Deputado Pastor Diniz (UNIÃO-RR) (2024-)	
Relatoria/CDC/CD: Dep. Paulão (PT-AL) (2025-).	

Relatoria/CFT/CD:

Relatoria/CCJC/CD:

2.3. (SF) ACREDITA EXPORTAÇÃO – PLP 167/2024

Apresentação:

21/10/2024 (CD)

Autoria: Poder Executivo

Relatoria/PLEN/CD:

Deputado Jonas Donizette
(PSB/SP) (2025-)

Relatoria/CAE/SF:

Senador Eduardo Braga
(MDB/AM) (2025-)

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir apuração de crédito a microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, na hipótese de devolução total ou parcial de resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportados.

Situação: Pronta para a pauta na Comissão.

20/02/2025: URGÊNCIA REGIMENTAL.

- 21/02/2025: Apresentação do PRLP n. 1 PLEN (Parecer Preliminar de Plenário), pelo Deputado Jonas Donizette (PSB/SP).
- **25/02/2025: Aprovada na CD.**
- 12/03/2025: Apresentação do autógrafo.
- 17/03/2025: Matéria despachada – a matéria vai à CAE.
- 05/05/2025: O relator, senador Eduardo Braga, apresentou relatório favorável ao projeto;
- 20/05/2025: Retirada de pauta.

(CD) ACREDITA EXPORTAÇÃO – PL 4043/2024 – PODER EXECUTIVO

Apresentação: 21/10/2024 (CD)

Autoria: Poder Executivo

Relatoria:

Ementa: Altera a Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, para permitir alíquota diferenciada por porte de empresa no Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra.

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

- 25/02/2025: Apresentação do REQ n. 664/2025 (Requerimento de Prejudicialidade), pelo Deputado José Guimarães (PT/CE -Fdr PT-PCdoB-PV), que "Requer, nos termos do artigo 163, I, do Regimento Interno, a declaração de **prejudicialidade** do Projeto de Lei nº 4.043, de 2024, diante da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 167, de 2024".

2.4. (CD) LEI DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – PL 7063/2017

<p>Apresentação: 19/12/2012 (SF)</p> <p>Autoria: Ex-senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)</p> <p>Relatoria/CAE/SF: Ex-Senador Sérgio Souza (PR) (2013)</p> <p>Relatoria/CCJ/SF: Ex-Senador Antonio Anastasia (MG) (2016)</p> <p>Relatoria/CDEICS/CD: Deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE) (2017)</p> <p>Relatoria/CTASP/CD: Deputado Cabo Sabino (AVANTE/CE) (2018)</p> <p>Relatoria/Comissão Especial sobre Parcerias Público-Privadas/CD: Deputado Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP) (2019)</p> <p>Relatoria/PLEN/CD: Deputado Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP) (2024-)</p>	<p>Ementa: Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios.</p> <p>Situação: Aprovada a Redação Final assinada pelo relator, Dep. Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) - 07/05/2025.</p> <p>Observação: No SF, tramitou como “PLS 472/2012”.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 16/02/2017: Aprovado terminativamente pela CCJ/SF. • 24/02/2017: Encerramento do prazo para recursos no SF. • 08/03/2017: Recebido pela CD. • 10/10/2017: Aprovado pela CDEICS/CD. • 11/10/2017: Recebido pela CTASP/CD. • 15/10/2024: URGÊNCIA REGIMENTAL CD. • 24/04/2025: Apresentação do PRLE n. 1 PLEN (Parecer Preliminar às Emendas de Plenário), pelo Deputado Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP -Fdr PSDB-CIDADANIA). • 07/05/2025: <u>PL 2892/2011</u>. Aprovada a Redação Final assinada pelo relator, Dep. Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP). <ul style="list-style-type: none"> ○ Aguardando despacho no SF. • 07/05/2025: Em face da aprovação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 2.892/2011, adotada pelo relator da Comissão Especial, esta proposição fica prejudicada, na forma do art. 191 do RICD. Desapensação.
--	--

2.5. (CD) CONSTITUIÇÃO DE SUBSIDIÁRIAS PELO BNDES - EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS – PL 5719/2023

<p>Apresentação: 27/11/2023 (CD)</p>	<p>Ementa: Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a constituir subsidiárias integrais ou</p>
---	--

Autoria: Poder Executivo	controladas, e altera a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.
Relatoria:	Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.
	<ul style="list-style-type: none"> 02/09/2024: Apresentação do REQ n. 3427/2024 (Requerimento), pelo Deputado Bandeira de Mello (PSB/RJ), que "Requer o despacho inicial do PL nº 5719 de 2023, para distribuição às Comissões pertinentes".

2.6. (CD) POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA CIRCULAR (PNEC) – PL 1874/2022

Apresentação: 04/07/2022 (SF)	Ementa: Institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e altera a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (Lei do Pré-Sal), e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para adequá-las à nova política.
Autoria: Comissão de Meio Ambiente do SF	
Relatoria/CAE/SF: Senador Jaques Wagner (PT/BA) (2023-2024)	Situação: Apensado ao PL 1755/2022 (apensado ao PL 3899/2012) - Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA; Pronta para Pauta no Plenário (PLEN).
Relatoria/Plenário/SF:	<ul style="list-style-type: none"> 05/03/2024: Aprovado na CAE/SF. Urgência regimental SF.
Relatoria/Plenário/CD: Deputado Luciano Vieira (REPUBLIC/RJ) (2025-) (PL 3899/2012, ao qual esta proposição está apensada)	<ul style="list-style-type: none"> 19/03/2024: Aprovada no SF. 21/03/2024: Recebido pela CD. 12/11/2024: URGÊNCIA REGIMENTAL CD. 20/03/2025: Designado Relator, Dep. Luciano Vieira (REPUBLIC-RJ), para o PL 3899/2012, ao qual esta proposição está apensada.

2.7. (CD) ESTRATÉGIA NACIONAL DE SAÚDE – PL 2583/2020

Apresentação: 12/05/2020 (CD)	Ementa: Institui a Estratégia Nacional de Saúde objetivando estabelecer uma estratégia nacional para incentivo às indústrias nacionais que produzam itens essenciais ao sistema de saúde nacional, bem como a pesquisa e desenvolvimento de produtos,
--------------------------------------	--

<p>Autoria: Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ) e outros</p> <p>Relatoria/CSSF/CD: Deputado Juscelino Filho (DEM/MA) (2021)</p> <p>Relatoria/CSSF/CD: Deputado Alexandre Padilha (PT/SP) (2021-2023)</p> <p>Relatoria/CSAUDE/CD: Deputado Clodoaldo Magalhães (PV/PE) (2023-2024)</p> <p>Relatoria/PLEN/CD: Dep. Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL) (2025-)</p>	<p>insumos, medicamentos e materiais, com vistas a dar autonomia ao nosso país quanto a produção destes itens.</p> <p>Apensado o PL 2.585/20.</p> <p>Situação: Aguardando Deliberação no Plenário (PLEN).</p> <ul style="list-style-type: none"> • 11/03/2021: Recebido pela CSSF/CD. • 30/05/2024: Recebido pela CSAUDE/CD. • 12/12/2023: URGÊNCIA REGIMENTAL CD. • 17/02/2025: Devolução à CCP pela CSAUDE/CD. • 29/04/2025: Retirado de pauta, de ofício.
---	---

(SF) INDÚSTRIA DE INSUMOS DE SAÚDE – PL 1505/2022

<p>Apresentação: 06/05/2022 (SF)</p> <p>Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)</p> <p>Relatoria/CCJ/SF: Senador Cid Gomes (PSB/CE) (2023-2024)</p> <p>Relatoria/CAE/SF: Senador Cid Gomes (PSB/CE) (2024-)</p>	<p>Ementa: Estabelece os mecanismos de estímulo ao desenvolvimento e fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde brasileiro no âmbito da Política Nacional de Inovação Tecnológica em Saúde e dá outras providências.</p> <p>Situação: Matéria com a relatoria.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 04/09/2023: Aprovado na CCJ/SF. • 17/10/2024: MATÉRIA COM A RELATORIA. Distribuído ao Senador Cid Gomes, para emitir relatório. <p>Observação: entrou junto com o PL 2583/2020.</p>
--	---

2.8. (SF) DEVEDOR CONTUMAZ – PLP 125/2022

<p>Apresentação: 16/09/2022 (SF)</p>	<p>Ementa: Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes.</p>
---	---

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria/CTFC/SF:
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS) (2023-2024)

Relatoria/CTIADMTR/SF:
Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB) (2024)

Relatoria CAE/SF: a definir
Relatoria CCJ/SF: a definir

Relatoria/PLEN/SF:
Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB) (2024-)

Situação: Pronto para a deliberação do Plenário.

- 22/03/2023: Recebido pela CTFC/SF.
- 12/06/2024: Aprovado na CTIADMTR/SF.
- 18/02/2025: Urgência regimental extinta. Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

(CD) NORMAS GERAIS DE PREVENÇÃO DE LÍTIPO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA - PLP 124/2022

Apresentação: 16/09/2022 (SF)

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria/CTIADMR/SF:
Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB) (2024)

Relatoria/Plenário/SF: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB) (2024)

Relatoria/CFT/CD: Deputado Pauderney Avelino (UNIÃO/AM) (2025-)

Relatoria/CCJC/CD:

Ementa: Dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

- 12/06/2024: Aprovado pra CTFC/SF.
- **18/12/2024: Aprovado no SF.**
- **26/12/2024: Recebido pela CD.**
- 13/03/2025: Recebimento pela CFT/CD.
- 20/05/2025: Parecer do Relator, Dep. Pauderney Avelino (UNIÃO-AM), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas.
- 28/05/2025: Apresentação do Informativo de Adequação e Compatibilidade Orçamentária e Financeira, que avaliou que o PL possuir caráter essencialmente normativo, regulamentando procedimentos do contencioso administrativo fiscal sem impacto direto sobre receitas ou despesas da União.
- 09/06/2025: Apresentação do relatório pelo Relator:
 - Não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PLP 124/2022;
 - No mérito, pela aprovação do PLP 124/2022, com emenda;
- 11/06/2025: Apresentação do PRL n. 2 pelo Relator.

(CD) DEVEDOR CONTUMAZ – PL 15/2024

<p>Apresentação: 02/02/2024 (CD)</p> <p>Autoria: Poder Executivo</p> <p>Relatoria/PLEN/CD: Deputado Ricardo Ayres (REPUBLIC/TO) (2024-)</p> <p>Relatoria/CDE/CD: Deputado Danilo Forte (UNIÃO/CE) (2024)</p>	<p>Ementa: Institui programas de conformidade tributária e aduaneira no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e dispõe sobre o devedor contumaz e as condições para fruição de benefícios fiscais.</p> <p>Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE).</p> <ul style="list-style-type: none"> • 15/03/2024: URGÊNCIA CONSTITUCIONAL. • 26/03/2024: RETIRADA URGÊNCIA CONSTITUCIONAL. • 09/04/2024: Recebido pela CDE/CD. • 11/12/2024: Retirado de pauta, de ofício. CDE/CD.
--	---

2.9. (SF) INSTITUIÇÕES SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO – PL 2926/2023

<p>Apresentação: 02/06/2023 (CD)</p> <p>Autoria: Poder Executivo</p> <p>Relatoria/CICS/CD: Deputado Gustinho Ribeiro (REPUBLIC/SE) (2024)</p> <p>Relatoria/CFT/CD: Deputado Gustinho Ribeiro (REPUBLIC/SE) (2024)</p> <p>Relatoria/CCJC/CD: Deputado Gustinho Ribeiro (REPUBLIC/SE) (2024)</p> <p>Relatoria/Plenário/CD: Deputado Gustinho Ribeiro (REPUBLIC/SE) (2024)</p>	<p>Ementa: Dispõe sobre as instituições operadoras de infraestruturas do mercado financeiro no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) - Infraestrutura Mercado Financeiro, atualizando legislação de acordo com boas práticas internacionais.</p> <p>Situação: Aguardando despacho.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 13/09/2023: RETIRADA A URGÊNCIA CONSTITUCIONAL. • 18/11/2024: Aprovado na CD. • 02/12/2024: Recebido pelo SF.
---	---

2.10. (CD) REGIME DE RESOLUÇÃO BANCÁRIA – PLP 281/2019

<p>Apresentação: 23/12/2019 (CD)</p> <p>Autoria: Poder Executivo</p> <p>Relatoria/PLEN/CD: Deputado Marcelo Queiroz (PP/RJ) (2024-)</p>	<p>Ementa: Dispõe sobre os regimes de resolução das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e pela Comissão de Valores Mobiliários.</p> <p>Situação: Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa; Pronta para Pauta no Plenário (PLEN).</p> <ul style="list-style-type: none"> 12/11/2024: URGÊNCIA REGIMENTAL.
--	--

2.11. (SF) DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL – PL 6204/2019

<p>Apresentação: 27/11/2019 (SF)</p> <p>Autoria: Senadora Soraya Thronicke (Podemos/MS)</p> <p>Relatoria/CCJ/SF: Ex-Senadora Juíza Selma (MT) (2019-2020)</p> <p>Relatoria/PLEN/SF: Senador Marcos Rogério (PL/RO) (2022)</p> <p>Relatoria/CCJ/SF: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) (2025-)</p>	<p>Ementa: Dispõe sobre a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 9.492, de 10 de setembro de 1997; 10.169, de 29 de dezembro de 2000; e 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.</p> <p>Situação: Matéria com a relatoria.</p> <ul style="list-style-type: none"> 28/11/2019: recebido pela CCJ/SF. 03/08/2022: emendas recebidas pelo Plenário. 06/07/2023: recebido pela CCJ/SF. 06/07/2023: Matéria despachada. Retorna à CCJ/SF, em decisão terminativa. 07/05/2025: Na 12ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta, a pedido do relator. Matéria encaminhada ao relator.
--	---

Eixo 3: Desenvolvimento Sustentável e Educação

3.1. (CD) PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2024-2034 – PL 2614/2024

Apresentação: 27/06/2024 (CD)	Ementa: Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.
Autoria: Poder Executivo	Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão Especial.
Relatoria/CASP/CD:	<ul style="list-style-type: none"> 04/04/2025: Criação de Comissão Especial, em regime de tramitação de prioridade, considerando a distribuição a mais de quatro comissões de mérito. 07/04/2024: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 08/04/2025. CCP. 29/04/2025: Recebimento pela Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034 (PL 2614/24). 29/04/2025-10/06/2025: Apresentação e aprovação de realização de audiência pública.
Relatoria/CTI/CD:	
Relatoria/CPASF/CD:	
Relatoria/CE/CD:	
Relatoria/PL261424/CD: Deputado Moses Rodrigues (UNIÃO/CE) (2025-)	

3.2. (CD) SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PLP 235/2019

Apresentação: 10/10/2019 (SF)	Ementa: Institui o Sistema Nacional de Educação, nos termos do art. 23, parágrafo único, do art. 211 e do art. 214 da Constituição Federal.
Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)	Situação: Pronta para Pauta no Plenário (PLEN).
Relatoria/CE/SF: Ex-Senador Dário Berger (SC) (2019)	<ul style="list-style-type: none"> 11/11/2021: URGÊNCIA REGIMENTAL. 18/12/2019: Recebido pela CE/SF. 09/03/2022: Aprovado no SF. 17/03/2022: Recebido pela CD. 23/11/2022: Recebido pela CE/CD. 16/04/2024: Apense-se a este o PLP 42/2024.

<p>Relatoria/Plenário/SF: Ex-Senador Dário Berger (SC) (2019)</p> <p>Relatoria/Plenário/CD: Deputado Rafael Brito (MDB/AL) (2025-)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 02/04/2025: Apresentação do REQ n. 1276/2025 (Requerimento de Apensação), pela Deputada Socorro Neri (PP/AC), que "Requer o apensamento do PLP 119/2024 ao PLP 235/2019. " • 15/05 a 11/06/2025: Apresentação e aprovação de requerimentos para realização ou participação em Seminário, Visita Técnica ou de Audiência Pública.
--	---

3.3. (CD) SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE – PL 3339/2024

<p>Apresentação: 27/08/2024 (CD)</p> <p>Autoria: Deputado Gervásio Maia (PSB/PB)</p> <p>Relatoria/CMADS/CD:</p> <p>Relatoria/CFT/CD:</p> <p>Relatoria/CCJC/CD:</p> <p>Relatoria/Plenário/CD: Deputado Patrus Ananias (PT/MG)</p>	<p>Ementa: Altera a Leis 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) e a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para caracterizar circunstância agravante a prática de infrações que dificultem a plena prestação de serviços públicos e em concurso de pessoas; aumentar penas para crimes de incêndio em floresta e de poluição de qualquer natureza; e proibir aquele que fizer uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares de contratar com o Poder Público ou receber recursos públicos.</p> <p>Situação: Aguardando Apreciação pelo Senado Federal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 13/09/2024: Recebido pela CMADS/CD. • 16/10/2024: Aprovado o requerimento nº 3468/2024, do Sr. Gervásio Maia e outros, que solicita urgência (art. 155) para o PL 3339/2024. Alteração do Regime de Tramitação. • 25/02/2025: Apresentação dos PRLP n. 3 e 4 PLEN (parecer preliminar de Plenário), pelo relator Patrus Ananias. • 09/04/2025: Apresentação do PRLP n. 5 PLEN (Parecer Preliminar de Plenário), pelo Deputado Patrus Ananias (PT/MG -Fdr PT-PCdoB-PV). • 22/04/2025: Apresentação do PRLP n. 6 PLEN (Parecer Preliminar de Plenário), pelo Deputado Patrus Ananias (PT/MG -Fdr PT-PCdoB-PV). • 02/06/2025: Aprovado no Plenário/CD o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.339/2024, adotado pelo relator da
--	---

	<p>Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ressalvado o destaque.</p> <ul style="list-style-type: none"> 13/6/2025: Remessa ao SF.
--	--

(CD) SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE
 – **PL 4000/2024**

<p>Apresentação: 17/10/2024 (CD)</p> <p>Autoria: Poder Executivo</p> <p>Relatoria/CPOVOS/CD: Deputada Dilvanda Faro (PT-PA) (2024-)</p> <p>Relatoria/CMADS/CD:</p> <p>Relatoria/CCJC/CD:</p>	<p>Ementa: Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.</p> <p>Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS).</p> <ul style="list-style-type: none"> 27/11/2024: Recebido na CPOVOS/CD. 12/02/2025: Apresentação do REQ n. 453/2025 (Requerimento de Apenção), pelo Deputado José Guimarães (PT/CE -Fdr PT-PCdoB-PV), que "Requer o apensamento do Projeto de Lei nº 4.000, de 2024, ao Projeto de Lei nº 3.339, de 2024, por tratarem de matérias correlatas". 23/04/2025: Parecer do Relator, Dep. Dilvanda Faro (PT-PA), pela aprovação. Devolvida à Relatora, Dep. Dilvanda Faro (PT-PA), a pedido.
---	--

3.4. (CD) LEI DO PANTANAL – PL 2334/2024

<p>Apresentação: 12/06/2024 (CD)</p> <p>Autoria: Deputada Camila Jara (PT/MS)</p> <p>Relatoria/CPOVOS/CD: Deputada Dilvanda Faro (PT-PA) (2024-)</p> <p>Relatoria/Plenário/CD: Deputado Dagoberto Nogueira (PSDB/MS) (2025-)</p>	<p>Ementa: Dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e o uso sustentável do bioma Pantanal e dá outras providências.</p> <p>Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS); Pronta para Pauta no Plenário (PLEN).</p> <ul style="list-style-type: none"> 30/07/2024: Recebido pela CPOVOS/CD. 13/11/2024: URGÊNCIA REGIMENTAL CD.
--	---

3.5. (SF) MAIOR EFETIVIDADE PARA O PLANO DE CONTINGÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – PL 636/2023

Apresentação: 23/02/2023 (CD)	Ementa: Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dar mais efetividade ao Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil.
Autoria: Deputado André Figueiredo (PDT/CE)	Situação: Aguardando designação do relator.
Relatoria/Plenário/CD: Deputado Josenildo (PDT/AP)	<ul style="list-style-type: none">• 23/03/2023: Aprovado na CD.• 27/03/2023: Recebido pelo SF.• 30/03/2023: Matéria aguardando distribuição. CCJ/SF.• 06/05/2025: Recebido o Relatório da Senadora Zenaide Maia com voto favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta.• 07/05/2025: Aprovado na CCJ.• 08/05/2025: Recebido na CDR.
Relatoria/CC/SF: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN) (2025)	
Relatoria/CDR/SF:	

3.6. (CD) DIRETRIZES DE FOMENTO À CONSTRUÇÃO DE CIDADES RESILIENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS – PL 380/2023

Apresentação: 08/02/2023 (CD).	Ementa: Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 para criar diretrizes que fomentem a construção de cidades resilientes às mudanças climáticas.
Autoria: Deputada Erika Hilton (PSOL/SP)	Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU).
Relatoria/CDU/CD: Deputado Guilherme Boulos (PSOL/SP) (2023-)	<ul style="list-style-type: none">• 09/08/2023: Aprovado na CDU/CD.• 13/12/2023: Aprovado na CCJC/CD, terminativamente.• 26/12/2023: Recebido pelo SF.• 12/06/2024: Aprovado na CMA/SF.• 18/06/2024: Aprovado no SF, com emendas.• 06/08/2024: Recebido pela CDU/CD.
Relatoria/CCJC/CD: Deputado Tarcísio Motta (PSOL/RJ) (2023-)	
Relatoria/CMA/SF: Senador Fabiano Contarato (PT/ES) (2024)	

Relatoria/CDU/CD:
Deputada Cristiane Lopes
(UNIÃO/RO) (2025-)

Relatoria/CCJC/CD:

3.7. (SF) POLÍTICA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA BIODIVERSIDADE (PNDEB) – PL 1855/2022

Apresentação:
04/07/2022 (SF)

Autoria: Comissão de
Meio Ambiente

Relatoria/CAE/SF:
Senador Jaques Wagner
(PT/BA) (2023-)

Ementa: Institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (PNDEB).

Situação: Incluída na pauta de reunião.

- 09/05/2023: Em reunião realizada em 09/05/2023, a matéria foi retirada de pauta.
- 06/06/2025: O relator, senador Jaques Wagner, apresentou relatório favorável ao projeto, com oito emendas de sua autoria;
- 13/06/2025: Matéria constante da Pauta da 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, agendada para o dia 17/06/2025.

3.8. (CD) ACORDO DE ESCAZÚ – MSC 209/2023

Apresentação: 12/05/2023

Autoria: ONU

Relatoria/CREDN/CD:
Deputado Amom Mandel
(CIDADANIA/AM) (2023)

Ementa: O texto do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (“Acordo de Escazú”), assinado em Nova York, em 27 de setembro de 2018.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).

- 06/12/2023: Retirado de pauta, de ofício. CREDN/CD.
- 09/04/2025: Retirado de pauta, de ofício, em razão da ausência do Relator. CREND/CD.

- 23/04/2025: Retirado de pauta, por acordo, a pedido do Relator. CREND/CD.
- 30/04/2025: Apresentação do PRL n. 2 CREDN (Parecer do Relator), pelo Deputado Amom Mandel (CIDADANIA/AM -Fdr PSDB-CIDADANIA).

3.9. (CD) FUNDO DE REQUALIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS AFETADAS POR EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS – PL 367/2025

Apresentação: 11/02/2025 (CD)

Autoria: Deputado José Guimarães (PT/CE)

Relatoria/CMADS/CD: Deputado Nilto Tatto (PT/SP).

Relatoria/CFT/CD:

Relatoria/CCJC/CD:

Ementa: Autoriza a União a participar de fundo que tenha por finalidade apoiar a requalificação e a recuperação de infraestruturas nas áreas afetadas por eventos climáticos extremos e apoiar empreendimentos de infraestrutura relacionados à mitigação e à adaptação às mudanças climáticas.

O PL abrange o conteúdo da MP 1278/2024.

Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).

- 12/03/2025: Recebido pela CMADS.
- 18/03/2025: Apresentação do REQ n. 885/2025 (Requerimento de Apensação), pelo Deputado José Guimarães (PT/CE -Fdr PT-PCdoB-PV), que "Requer a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei nºs 3.469/2024, 3.662/2024, 366/2025 e 367/2025, por tratarem de matérias correlatas".
- 15/04/2025: Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 07/04/2025 a 15/04/2025). CMADS/CD.
- 30/04/2025: Apresentação do REQ n. 1672/2025 (Requerimento de Prejudicialidade), pelo Deputado José Guimarães (PT/CE -Fdr PT-PCdoB-PV), que "Requer, nos termos do artigo 163, I, do Regimento Interno, declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 367, de 2025, diante da aprovação do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024".

Eixo 4: Proteção às famílias e aos negócios no ambiente digital

4.1. (CD) PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM AMBIENTES DIGITAIS – PL 2628/2022

<p>Apresentação: 18/10/2022 (SF).</p> <p>Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)</p> <p>Relatoria/CDH/SF: Senador Flávio Arns (PSB/PR)</p> <p>Relatoria/CCJ/SF: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)</p> <p>Relatoria/CCDD/SF: Senador Flávio Arns (PSB/PR)</p> <p>Relatoria/CCOM/CD: Deputado Jadyel Alencar (REPUBLIC/PI).</p>	<p>Ementa: Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.</p> <p>Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Comunicação (CCOM).</p> <ul style="list-style-type: none"> • 15/06/2024: Aprovado pela CDH/SF. • 21/02/2024: Aprovado pela CCJ/SF. • 23/02/2024: Aprovado pela CCDD/SF, terminativamente. • 10/12/2024: Recebido pela CD. • 24/02/2025: Às Comissões de Comunicação; Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). • 20/03/2025: Recebido pela CCOM/CD. • 14/04/2025: Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 02/04/2025 a 14/04/2025). CCOM/CD. • 22/04/2025: Apresentação dos Requerimentos n. 7, 8 e 9/2025, pelo Deputado Jadyel Alencar (REPUBLIC/PI -Fdr PT-PCdoB-PV), que "Requer a realização de Audiência Pública" • 06/05/2025: Apresentação do REQ n. 1785/2025 (Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD)), pela Deputada Laura Carneiro (PSD/RJ) e outros. • 08/05/2025: Requerimento de apensação do PL 2103/2025, pelo Deputado Jadyel Alencar (REPUBLIC/PI). • 21/05/2025: Audiência pública realizada na CCOM/CD.
---	---

4.2. (CD) DIREITO E A GARANTIA FUNDAMENTAL À LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO NA INTERNET – PL 4691/2024

<p>Apresentação: 04/12/2024 (CD)</p>	<p>Ementa: Dispõe sobre o direito e a garantia fundamental à livre manifestação do pensamento na internet, os termos da vedação ao anonimato na internet, o livre exercício da atividade</p>
---	---

<p>Autoria: Deputado Silas Câmara (Republicanos/AM)</p> <p>Relatoria:</p>	<p>econômica na internet, a organização e funcionamento das plataformas, serviços e mercados digitais na internet e dá outras providências.</p> <p>Situação: Apensado ao PL 2120/2023¹ - Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Educação (CE).</p> <ul style="list-style-type: none"> 13/03/2025: Apensado ao PL 2120/2023. 20/03/2025: Recebido pela CE/CD.
---	--

4.3. **(SF) MARCO LEGAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – [PL 2338/2023](#)**

<p>Apresentação: 03/05/2023 (SF)</p> <p>Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)</p> <p>Relatoria/CTIA/SF: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)</p> <p>Relatoria/PLEN/SF: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)</p> <p>Relatoria/Comissão Especial/CD: Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) (2025-)</p>	<p>Ementa: Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial.</p> <p>Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão Especial.</p> <ul style="list-style-type: none"> 05/12/2024: Aprovado pela CTIA/SF. 10/12/2024: Aprovado o substitutivo pelo SF. 25/03/2025: Apresentação do REQ n. 1085/2025 (Requerimento de Apensação), pelo Deputado Luiz Carlos Hauly (PODE/PR), que "Requer nos termos regimentais, a tramitação conjunta das proposições que dispõe sobre a regulamentação do uso da inteligência artificial, quais sejam os Projetos de Lei nºs 759/2023, 5303/2023, 2775/2024 e PL 2338/2023". 04/04/2025: Criação de Comissão Especial, em regime de tramitação de prioridade, considerando a distribuição a mais de quatro comissões de mérito. 08/04/2025: Apresentação do REQ n. 1345/2025 (Requerimento de Apensação), pelo Deputado Luiz Carlos Hauly (PODE/PR), que "Requer nos termos regimentais, a tramitação conjunta das proposições que dispõe sobre a regulamentação do uso da inteligência artificial, quais sejam os Projetos de Lei nºs 4025/2023, 1465/2021, 1473/2023 e PL 2338/2023".
--	--

¹ 29/04/2025: Apresentação do REQ n. 1665/2025 (Requerimento de Redistribuição), pela Deputada Dani Cunha (UNIÃO/RJ), que "Requer a revisão do despacho, para a inclusão de novas comissões na apreciação de mérito do Projeto de Lei nº 2120, de 2023 e dos seus apensados, Projeto de Lei nº 4460, de 2023 e Projeto de Lei nº 4691, de 2024"

- 29/04/2025: Constituição de Comissão Especial.
- 08/05/2025: Recebimento pela Comissão Especial.
- 20/05/2025: Apresentação do REQ n. 2041/2025 (Requerimento de Apensação), pelo Deputado Marx Beltrão (PP/AL), que "Requer nos termos regimentais, a tramitação conjunta das proposições que dispõe sobre a regulamentação do uso da inteligência artificial, quais sejam; PL nº 759/2023 ao PL 2338/2023".
- 20/05/2025 a 10/06/2025: Apresentação de requerimentos e aditamento de requerimentos de audiência pública.

Eixo 5: Justiça social

5.1. (CD) PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA – PEC 18/2025

Apresentação: 24/04/2025 (CD)	Ementa: Altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.
Autoria: Poder Executivo	
Relatoria/CCJC/CD: Deputado Mendonça Filho (UNIÃO/PE) (2025-)	Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). <ul style="list-style-type: none">• 24/04/2025: recebido pela CCJC/CD.• 06/05/2025: Aprovado o requerimento nº 3/2025, do Sr. José Guimarães que requer a realização de Audiência Pública.• 06/05/2025: Aprovado o requerimento nº 6/2025, do Sr. Mendonça Filho que requer seja convidado o Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, para expor e debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2025. Aprovados requerimentos, também do relator, para a participação de Governadores de Estado e representantes dos municípios.• 06, 20, 27 e 28/05/2025: Aprovados requerimentos de audiência pública.

5.2. (SF) PROTEÇÃO E ACOLHIMENTO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES RESGATADOS DE CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO – PL 5760/2023

Apresentação: 28/11/2023 (CD)	Ementa: Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate
Autoria: Deputado Reimont (PT/RJ)	

Relatoria/CMULHER/CD: Deputada Jack Rocha (PT/ES) (2023)	ao trabalho em condição análoga à de escravo. Situação: Aguardando Despacho no SF.
Relatoria/Plenário/CD: Deputada Benedita da Silva (PT/RJ) (2024)	<ul style="list-style-type: none"> 15/05/2024: Urgência Regimental CD. 13/09/2024: Aprovado na CMULHER/CD. 03/12/2024: Aprovado na CD. 16/12/2024: Recebido pelo SF.

(CD) TRABALHADORAS DOMÉSTICAS RESGATADAS EM SITUAÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO E DE TRÁFICO DE PESSOAS – PL 3351/2024

Apresentação: 28/08/2024 (CD) Autoria: Ex-deputada Carla Ayres (PT/SC) Relatoria/CPD/CD: Deputado Geraldo Resende (PSDB/MS) (2024-)	Ementa: Estabelece diretrizes e ações para o atendimento integral e a ressocialização de trabalhadoras domésticas resgatadas em situação análoga à escravidão e de tráfico de pessoas, assegurando a cessação de violências domésticas, a reconexão familiar, a garantia de reparação integral, e o apoio necessário para a manifestação de vontade de trabalhadoras com deficiência, e dá outras providências (Lei Sônia Maria de Jesus)
Relatoria/CMULHER/CD: Deputada Benedita da Silva (PT/RJ) (2025-)	Situação: Aguardando Deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD). <ul style="list-style-type: none"> 13/09/2024: Recebido pela CPD/CD. 12/12/2024: Prazo de vista encerrado. CPD/CD. 01/04/2025: Apresentação do VTS n. 1 CPD (Voto em Separado), pela Deputada Clarissa Tércio (PP/PE). 08/04/2025: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do relator. 10/04/2025: Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 11/04/2025). CPD/SF. 30/04/2025: Apresentação do PRL n. 3 CPD (Parecer do Relator), pelo Deputado Geraldo Resende (PSDB/MS -Fdr PSDB-CIDADANIA). 20/05/2025: Lido o parecer do relator. Aprovado o Parecer, apresentou voto em separado a Deputada Clarissa Tércio. 22/05/2025: Recebimento pela CMULHER/CD.

5.3. (SF) ATENDIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS – PL 4381/2023

Apresentação: 11/09/2023 (CD)	Ementa: Regulamenta sobre procedimentos a serem adotados pelas delegacias de polícia e demais órgãos responsáveis para o atendimento de mulheres indígenas vítimas de violências, nas hipóteses de medidas protetivas de urgência previstas na Lei n.º 11.340/2006 e Decreto 11.431/2023.
--------------------------------------	--

Autoria: Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Relatoria/CSPCCO/CD:
Deputada Silvia Waiãpi (PL/AP) (2023-2024)

Relatoria/CPOVOS/CD:
Deputada Carol Dartora (PT/PR) (2024-)

Relatoria/PLEN/CD:
Deputada Juliana Cardoso (PT/SP) (2024-)

Relatoria/CDH/SF:
Senadora Augusta Brito (PT/CE) (2025-)

Relatoria CSP/SF:

Relatoria CCJ/SF:

Situação: Matéria com a relatoria.

- 24/04/2024: Urgência Regimental CD.
- 14/05/2024: Aprovado na CSPCCO/CD.
- **19/02/2025: Aprovado na CD.**
- **27/02/2025: Recebido pelo SF.**
- 27/02/2025: Autuado o Projeto de Lei nº 4381/2023, proveniente da Câmara dos Deputados. O projeto vai à publicação.
- 17/03/2025: A matéria vai à CDH, em seguida à CSP e, posteriormente, à CCJ.
- 18/03/2025: Recebido pela CDH/SF.

5.4. **(SF)** RESERVA MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO – **PL 1246/2021**

Apresentação:
06/04/2021 (CD)

Autoria: Deputada Tabata Amaral (PSB/SP e outros)

Relatoria/CMULHER/CD:
Deputada Dulce Miranda (MDB/TO) (2021)

Relatoria/CMULHER/CD:
Deputada Rejane Dias (PT/PI) (2022)

Ementa: Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016.

Situação: Pronto para a deliberação do Plenário.

- 11/05/2023: Aprovado na CMULHER/CD.
- 08/08/2023: Urgência Regimental CD.
- **08/04/2023: Aprovado na CD.**
- 08/08/2023: Urgência regimental CD.
- **23/08/2023: Recebido pelo SF.**
- 13/12/2023: Aprovado na CDH/SF.
- 19/03/2024: Aprovado na CAE/SF.

Relatoria/CMULHER/CD:
 Deputada Flávia Morais
 (PDT/GO) (2022)

Relatoria/Plenário/CD:
 Deputada Flávia Morais
 (PDT/GO) (2022)

Relatoria/CDH/SF:
 Senadora Augusta Brito
 (PT/CE) (2023)

Relatoria/CAE/SF:
 Senador Alessandro Vieira
 (MDB/SE) (2024)

Relatoria/CCJ/SF:
 Professora Dorinha Seabra
 (UNIÃO/TO) (2024-)

- 10/07/2024: Aprovado na CCJ/SF.
- 12/08/2024: Pronto para deliberação do Plenário.

5.5. (CD) CADEIA DO OURO: PARÂMETROS SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DO OURO – PL 836/2021

Apresentação: 11/03/2021
 (SF)

Autoria: Senador Fabiano
 Contarato (PT/ES)

Relatoria/CMA/SF:
 Senador Jorge Kajuru
 (PSB/GO) (2023)

Relatoria/CCJ/SF: Senador
 Jorge Kajuru (PSB/GO)
 (2024)

Ementa: Altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, com o objetivo de estabelecer parâmetros sobre a comercialização do ouro, e revoga artigos da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.

Situação: Apensado ao PL 2159/2022. Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA.

- 19/03/2024: Aprovado terminativamente na CAE/SF.
- **11/04/2024: Recebido pelo SF.**
- 24/04/2024: Apense-se à(ao) [PL-2159/2022](#). Em decorrência dessa apensação, a matéria passa a tramitar em regime de prioridade. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade

(CD) CADEIA DO OURO – PL 3025/2023

<p>Apresentação: 13/06/2023 (CD)</p> <p>Autoria: Poder Executivo</p> <p>Relatoria/PLEN/CD: Deputado Marx Beltrão (PP/AL) (2023-)</p>	<p>Ementa: Dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.</p> <p>Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.</p> <ul style="list-style-type: none"> 09/12/2023: Apresentação do PRLP n. 1 PLEN (Parecer Preliminar de Plenário), pelo Deputado Marx Beltrão (PP/AL). 21/12/2023: Apresentação do REQ n. 4449/2023 (Requerimento de Apensação), pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV/DF -Fdr PT-PCdoB-PV), que "Requer o apensamento do Projeto de Lei nº 3025, de 2023 ao Projeto de Lei nº 936, de 2023, por tratarem de matérias correlatas".
---	---

5.6. (CN) MP DO FUNDO SOCIAL PARA ENFRENTAR DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS – MP 1291/2025

<p>Apresentação: 06/03/2025 (CMCN)</p> <p>Autoria: Poder Executivo</p> <p>Relatoria: Deputado José Priante (MDB/PA)</p>	<p>Ementa: Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para aperfeiçoar os mecanismos disponíveis ao Fundo Social para enfrentar os desafios socioeconômicos do País.</p> <p>Situação: Matéria com a relatoria.</p> <p>07/05/2025: Comissão instalada. Presidência da Senadora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO).</p>
--	--

5.7. (CN) PROGRAMA AGORA TEM ESPECIALISTAS – MP 1301/2025

<p>Apresentação: 30/05/2025 (CMCN)</p> <p>Autoria: Poder Executivo</p> <p>Relatoria:</p>	<p>Ementa: Institui o Programa Agora Tem Especialistas, dispõe sobre o Grupo Hospitalar Conceição S.A., altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019.</p> <p>Situação: Matéria despachada.</p>
---	---